



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Finanças Públicas: Situação e Condicionantes 2019-2023 (*Atualização*)

Apresentação à comunicação social
10 de outubro de 2019

- O relatório hoje divulgado apresenta um **cenário de médio prazo para a economia e as finanças públicas portuguesas em políticas invariantes** (2019-2023).
- Esta projeção não pode ser interpretada como uma previsão, uma vez que não leva em conta medidas ainda não legisladas ou não suficientemente especificadas, nem obviamente aquelas ainda não anunciadas.
- Esta projeção integra a informação estatística mais recente, as previsões conhecidas para a conjuntura internacional, assim como as medidas de política incluídas no OE/2019 e PE/2020.
- O INE efetuou no final de setembro uma forte revisão em alta das estatísticas de crescimento económico para o período em que estas ainda eram estimativas provisórias e preliminares (2017, 2018 e 1.º semestres de 2019). Esta revisão teve um efeito materialmente relevante no conjunto de projeções que ora são apresentadas face às produzidas em Março.

Projeções macroeconómicas 2019-2023

As projeções do CFP para a economia portuguesa apontam para a continuação de uma trajetória de abrandamento da atividade económica no período 2019-2023.

No médio prazo poderá haver uma recuperação moderada da procura externa com efeitos positivos nas exportações, reduzindo o impacto negativo da das trocas externas.

Destaca-se como traço mais negativo do cenário a possibilidade de regresso a uma situação de défice externo.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Produto Interno Bruto	2,4	1,9	1,7	1,7	1,6	1,5
Consumo privado	3,1	2,1	1,9	1,8	1,5	1,4
Consumo público	0,9	0,7	1,2	1,0	1,1	1,2
Formação Bruta de Capital Fixo	5,8	7,6	5,2	4,0	3,2	3,0
Exportações	3,8	2,7	3,1	3,3	3,5	3,2
Importações	5,8	4,6	4,0	4,0	3,8	3,6
Contributo da procura interna (p.p.)	3,2	2,7	2,1	2,0	1,8	1,7
Contributo das exportações líquidas (p.p.)	-0,8	-0,8	-0,4	-0,3	-0,2	-0,2
Taxa de desemprego (% pop. ativa)	7,0	6,2	6,0	6,0	6,0	5,9
Emprego	2,3	1,2	0,6	0,5	0,3	0,3
Cap. líq. de financiamento face ao exterior (% PIB)	1,2	0,4	0,0	-0,2	-0,5	-0,7
Balança de bens e serviços (% PIB)	0,1	-0,6	-1,0	-1,2	-1,4	-1,7
Deflator implícito do PIB	1,6	1,3	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor	1,2	0,3	0,6	1,1	1,2	1,2
Hiato do produto (% PIB potencial)	1,7	1,6	1,1	0,8	0,6	0,3

Este exercício considera apenas as medidas de política económica e orçamental já adotadas e as medidas legisladas para o horizonte 2019-2023 .

Projeções orçamentais 2019-2023

Para 2019-2023, uma melhoria do saldo orçamental em 0,1 p.p. do PIB, evoluindo de um excedente de 0,1% do PIB em 2019 para 0,2% do PIB em 2023:

- A atual trajetória aponta para um processo de consolidação orçamental com ênfase na redução da despesa total (-0,9 p.p. do PIB), destacando-se a redução dos rácios da despesa com juros, prestações sociais e pessoal.
- A receita total diminui 0,9 p.p. do PIB no conjunto do período de projeção.
- O processo de consolidação orçamental continua a fazer-se primordialmente pelo lado da redução da despesa.

	2018	Projeção CFP				
		2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	43,0	43,5	43,4	43,6	43,0	42,7
Receita corrente	42,6	43,1	42,9	42,7	42,5	42,2
Receita Fiscal	25,3	25,4	25,4	25,3	25,3	25,3
Impostos indiretos	15,2	15,3	15,3	15,4	15,4	15,4
Impostos diretos	10,1	10,1	10,0	10,0	9,9	9,9
Contribuições sociais	11,7	12,0	11,9	11,9	11,8	11,7
Vendas e outras receitas correntes	5,6	5,7	5,6	5,5	5,4	5,3
Receita de capital	0,4	0,4	0,5	0,9	0,5	0,5
Despesa Total	43,5	43,4	43,0	42,8	42,6	42,5
Despesa Primária	40,1	40,3	39,9	39,8	39,7	39,6
Despesa corrente primária	37,0	37,1	36,9	36,6	36,4	36,2
Consumo intermédio	5,4	5,1	5,1	5,1	5,1	5,1
Despesas com pessoal	10,7	10,8	10,8	10,7	10,5	10,4
Prestações sociais	18,2	18,3	18,2	18,0	17,9	17,9
Subsídios e outras despesas correntes	2,6	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Despesa de capital	3,1	3,1	3,0	3,2	3,3	3,4
Juros	3,4	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9
Saldo orçamental	-0,4	0,1	0,3	0,8	0,3	0,2
Saldo primário	2,9	3,3	3,4	3,8	3,3	3,1
Dívida Pública	122,2	118,5	116,2	112,5	108,9	106,5
Saldo orçamental ajustado	0,0	0,7	0,6	0,5	0,3	0,2

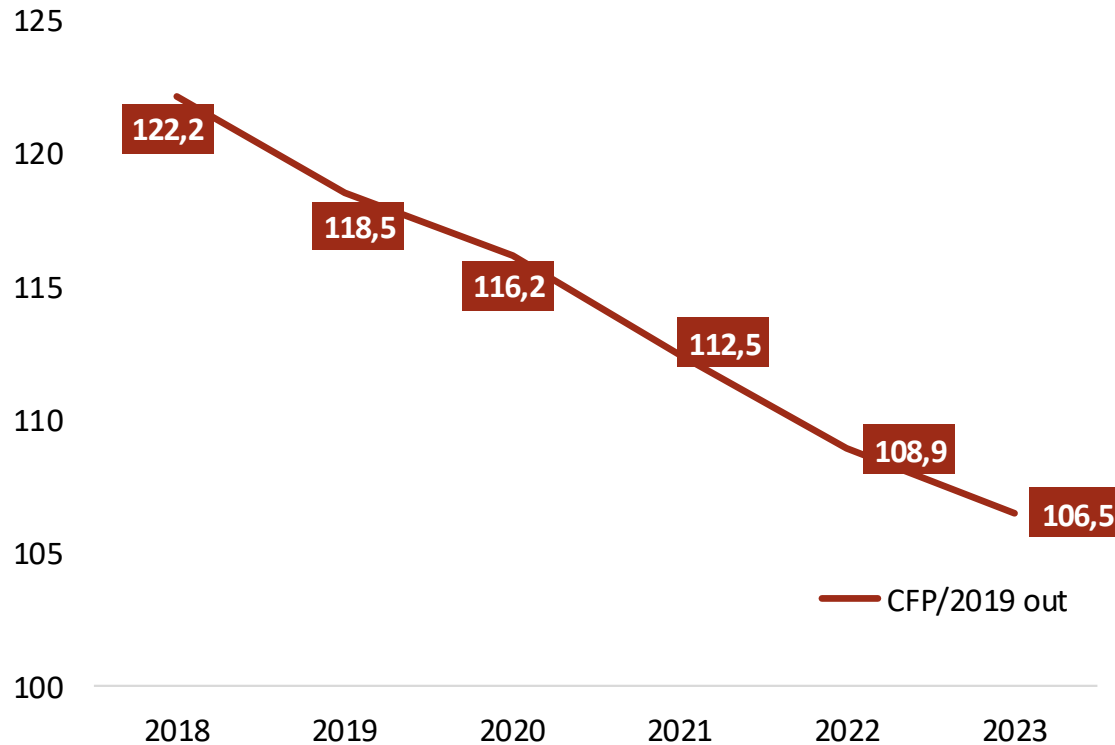
Fonte: INE; estimativa e projeções CFP. As projeções excluem operações ainda não concretizadas de apoio ao sistema bancário.

Saldo estrutural 2019-2023

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1. Saldo Orçamental	-0,4	0,1	0,3	0,8	0,3	0,2
1a Medidas temporárias, não recorrentes	-0,5	-0,5	-0,3	0,3	0,0	0,0
1b Componente cíclica	0,9	0,9	0,6	0,4	0,3	0,2
2. Saldo Estrutural [(1) - (1a) - (1b)]	-0,9	-0,2	0,0	0,1	0,0	0,0
3. Distância p/ o OMP	1,1	0,4	0,0	-0,1	0,0	0,0
4. Variação anual projetada do Saldo Estrutural	0,5	0,7	0,2	0,1	-0,1	0,0
Por memória:						
5. Saldo estrutural previsto no PE/2019	-0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3

- A aplicação de um novo valor mínimo para o Objetivo de Médio Prazo (saldo estrutural equilibrado), a partir de 2020, permite enquadrar a projeção do CFP na situação de atingir aquele objetivo.
- O Objetivo de Médio Prazo deverá ser atingido em 2020, e mantido no restante horizonte de projeção, com a estabilização de uma posição de equilíbrio no saldo orçamental estrutural.

Dívida Pública (em % do PIB)



O CFP projeta uma trajetória descendente do rácio da dívida pública, que deverá passar de 122,2% do PIB no final de 2018 para 106,5% do PIB em 2023.

A redução do rácio da dívida pública (em 15,7 p.p. do PIB) é justificada pelo saldo primário, com contributo de 16,9 p.p. do PIB.

A atualização da projeção de médio prazo mantém a trajetória da dívida pública compatível com o cumprimento da regra de correção do excesso da dívida no final do período transitório (2019) e com a regra geral de redução anual de 1/20 do excesso de 60% do rácio da dívida pública, a partir de 2020.

- A projeção do CFP apoia-se na manutenção da postura da política orçamental orientada para o controlo da despesa e compatível com a promoção da sustentabilidade das finanças públicas.
- O CFP antecipa um enquadramento externo com um crescimento modesto da economia global, em particular na área do Euro. Os riscos associados às projeções centram-se assim essencialmente nos que estão associados ao contexto económico internacional.
- Salientam-se igualmente um conjunto de riscos orçamentais :
 - a concretização de pressões orçamentais sobre as componentes mais rígidas da despesa pública (despesa com prestações sociais e despesa com pessoal
 - os efeitos na evolução da receita fiscal da desaceleração da economia; e
 - o impacto potencial de medidas de apoio ao sector financeiro e a entidades do sector público empresarial e empresas participadas (SATA Air Açores).

- A economia portuguesa terá terminado a fase de expansão e iniciou uma fase descendente do ciclo, num enquadramento internacional com riscos acrescidos.
- A desaceleração económica esperada para 2019 é mais evidente no caso da Área do Euro.
- Do lado das finanças públicas, foi ganho espaço orçamental nos últimos anos, mas os estrangulamentos do nível da dívida permanecem e não podem ser minorizados.
- Não havendo grande margem para aumento da carga fiscal, o controlo sustentado das despesas é o principal desafio que o país continua a enfrentar.
- A necessidade de contas nacionais tempestivas e fiáveis das administrações públicas reforça a necessidade de adoção pelas AP de um sistema de contas com base de acréscimo (SNC-AP) em que o CFP tem vindo a insistir.



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Obrigada
Nazaré da Costa da Cabral

Apresentação à comunicação social
10 de outubro de 2019